

## O LEGADO AMBIENTAL DE FRANCISCO E AS EXPECTATIVAS SOBRE LEÃO XIV

**Renan William dos Santos**

DOUTOR EM SOCIOLOGIA PELA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (FFLCH-USP)  
PESQUISADOR DE PÓS-DOUTORADO DO INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIAIS E POLÍTICOS (IESP-UERJ)  
JUNTO AO OBSERVATÓRIO INTERDISCIPLINAR DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS (OIMC)

### Francisco, o Gattopardo no trono de São Pedro

Francisco soube, como poucos, reconduzir a Igreja ao centro da cena global num tempo em que a instituição se mostrava acuada — por um lado, pela [crescente concorrência no campo religioso](#), por outro, pela erosão de sua imagem pública diante de escândalos sexuais que chegaram até os [holofotes do Oscar](#). Primeiro latino-americano a ocupar o trono, primeiro jesuíta a ser eleito papa, Bergoglio não apenas ocupou a função; revigorou-a, junto com a própria instituição sob sua batuta. Encarnou, com apurado carisma, uma figura sintonizada com o cansaço do mundo diante pomposidades eclesiais: recusou os aposentos pontifícios, preferiu vestes modestas, multiplicou gestos de proximidade com os pobres e, ao morrer, encenou uma última ruptura simbólica ao optar por ser sepultado fora da Basílica de São Pedro. Trabalhou incansavelmente, em suma, para se consolidar não só como um papa popular, mas como “um papa do povo”.

Fora da esfera performática, contudo, o edifício doutrinário da Igreja permaneceu basicamente intacto. O celibato clerical, a ordenação exclusivamente masculina, a condenação das uniões homoafetivas, a rejeição à educação de gênero: tudo continuou onde sempre esteve. Assim, quando se diz que Francisco abriu espaço para a escuta, a horizontalidade e o discernimento, é preciso completar a sentença: abriu espaço, mas não moveu pilares (e nem deixou que outros os tocassem). Para dar apenas um exemplo, quando o Sínodo da Amazônia [aprovou colegialmente propostas como a ordenação de homens casados e o diaconato feminino](#), Francisco respondeu com uma [exortação papal que rejeitava as demandas](#) e reafirmava a disciplina tradicional da Igreja.

Aliás, parece até estranho ter de lembrar que a eleição de Bergoglio, em 2013, não decorreu de qualquer insurreição eclesial das “bases”, mas de um arranjo de forças promovido por um colégio cardinalício majoritariamente nomeado por Bento XVI. Em outras palavras, a leitura de Francisco como líder de um catolicismo progressista talvez diga mais sobre a necessidade de esperança de seus intérpretes do que sobre os movimentos reais da Cúria que o escolheu como líder. De fato, muitas molduras foram trocadas ao longo de seu papado, mas os mesmos interditos tradicionais continuaram pendurados, agora envernizados por uma retórica pastoral de acolhimento. Quem identifica na nova decoração um “progressismo do possível” talvez ignore uma

lição básica da sociologia do poder: a dominação simbólica é tanto mais eficaz quanto mais os próprios dominados restringem o alcance de suas reivindicações e naturalizam o *status quo*.

### O investimento institucional estratégico na pauta ecológica

Em meio às diversas estratégias que a Igreja Católica adotou nos últimos anos para reverter sua crise de legitimidade, poucas se mostraram tão oportunas quanto o investimento na pauta ambiental. Com a encíclica *Laudato Si'* (2015), Francisco não apenas colocou a crise ecológica no centro do discurso eclesial — algo inédito —, como também apostou numa linguagem afinada com os anseios de jovens, movimentos sociais e ativistas globais. Tratava-se, em larga medida, de um esforço para converter a Igreja em farol moral de um novo humanismo ecológico, capaz de oferecer orientação espiritual em meio ao colapso climático e à desordem civilizacional.

O cerne das proposições apresentadas na encíclica, no entanto, está longe de representar qualquer ruptura doutrinária na abordagem católica dessa questão. Ainda que desse maior centralidade à dimensão social, a encíclica na verdade retomava [um mosaico ecoteológico que já vinha sendo desenvolvido desde o pontificado de Paulo VI](#). Grosso modo, a inserção do catolicismo no debate ecológico partia, na década de 1970, de uma crítica fundamental: os que defendem a natureza estariam certos em sua causa, mas errariam ao colocá-la acima da dignidade humana. Assim como a *Rerum Novarum* (1891), de Leão XIII, propôs uma alternativa doutrinária aos “extremos” do socialismo e do liberalismo, recusando tanto a coletivização absoluta quanto o *laissez-faire* burguês, o discurso ecológico católico buscou, já desde esse início, construir uma mediação análoga na agenda ambiental: nem o secularismo tecnocrático (seja de viés capitalista ou socialista), indiferente ao sagrado e à ordem moral, nem o esoterismo que eleva a natureza de forma “herética”.

O ponto de ancoragem desse equilíbrio, em muitos casos, é a noção [de “defesa da vida”, uma categoria suficientemente elástica para abrigar ênfases distintas, moduladas conforme os vínculos simbólicos que cada corrente interna privilegia](#). Ou seja, o cuidado com a natureza, na ótica católica, só adquire legitimidade plena quando articulado à dignidade da vida humana. É com base nesse princípio que se sustenta, por exemplo, que não basta proteger baleias ameaçadas de extinção sem igualmente defender populações humanas afetadas pela desertificação ou pela injustiça climática. A mesma lógica, contudo, também permite que se articule ao discurso ecológico temas como a eutanásia, a pesquisa com células-tronco e o aborto. Assim, voltando à metáfora do mosaico, ainda que a *Laudato Si'* inegavelmente dê maior saliência à faceta social

da ecoteologia católica, ela reafirma que, [“uma vez que tudo está relacionado, também não é compatível a defesa da natureza com a justificação do aborto”](#) (§120).

Ao longo das últimas décadas, essas diferentes ênfases foram desenvolvidas não apenas nos altos escalões do Vaticano, mas também em contextos locais. No que diz respeito à crítica ao sistema econômico, um dos marcos mais expressivos talvez seja a [Campanha da Fraternidade realizada no Brasil em 1979](#). Sob o lema “Preserve o que é de todos”, o manual da campanha afirmava sem rodeios que “há uma íntima relação entre justiça humana e renovação da terra, e entre injustiça humana e degradação ambiental” (CNBB, 1979: 84). E ia além: denunciava como formas mais degradantes de poluição não os resíduos industriais, mas a “poluição da miséria” e a “poluição da riqueza” (CNBB, 1979: 11).

Com base nesse acúmulo de formulações locais e no desenvolvimento do próprio debate global, o núcleo institucional da Igreja daria, enfim, um caráter mais sistemático à conexão entre proteção da vida e cuidado com a natureza no *Compêndio da Doutrina Social da Igreja* (2004), publicado sob a tutela de João Paulo II. No [décimo capítulo](#), dedicado à “salvaguarda do meio ambiente”, o documento afirma, por exemplo, que “a proteção ambiental não pode ser assegurada somente com base no cálculo financeiro de custos e benefícios” (§470); reconhece o “complexo e dramático nó que liga crises ambientais e pobreza” (§482); rejeita “uma concepção do ambiente inspirada no ecocentrismo e no biocentrismo” (§463); e adverte contra a tendência de “divinizar a natureza ou a terra, como se pode facilmente divisar em alguns movimentos ecologistas” (§464).

Em outras palavras, o *Compêndio* delimitaria, de forma oficial e sistemática, o campo de possibilidades do que pode ser chamado de “ecologia católica”: uma ecologia moralmente orientada (contra o pragmatismo técnico amoral), teologicamente ancorada (contra espiritualidades consideradas desviantes) e humanamente centrada (contra perspectivas biocêntricas e ecocêntricas que relativizariam a vida e o bem-estar humano). Dentro dessas fronteiras, o jogo das ênfases segue sendo amplo, mas o contorno do tabuleiro permanece fixado.

## **Economia de Francisco**

Se a *Laudato Si'* reposicionou a Igreja como protagonista no debate ambiental global, o movimento intitulado *Economia de Francisco* representou um esforço para traduzir parte desse ethos ecorreligioso para o terreno da economia política. Lançado em [1º de maio de 2019](#) (data que remete, uma vez mais, ao *aggiornamento* ecológico das pautas de justiça social), o projeto reuniria jovens lideranças, economistas, ambientalistas e empreendedores de diversos países para

repensar os fundamentos do sistema econômico global. As [discussões então avançadas](#) reconheciam os méritos históricos da formação dos mercados, denunciavam sua desfiguração moderna e clamavam por uma recalibragem ética capaz de corrigir os modelos atuais de crescimento.

Como de costume, porém, a contundência dos diagnósticos revolucionários conviveu com terapêuticas notoriamente brandas e reformistas. Assim, pouco antes de Francisco discursar em Assis, na primeira reunião presencial do movimento, pregando a necessidade de [abandonar os combustíveis fósseis e de reaprender a “criar riqueza sem desprezar a pobreza”](#), o Vaticano lançaria, por exemplo, o [Conselho para o Capitalismo Inclusivo](#): uma parceria com algumas das maiores corporações multinacionais do planeta, como Mastercard, Visa, Johnson & Johnson e Allianz. A iniciativa foi articulada pelo cardeal ganês Peter Turkson, então responsável pelo dicastério incumbido de estruturar as diretrizes da *Economia de Francisco*, e [refletia também a influência de intelectuais como Luigino Bruni](#), defensor da tese de que a Igreja poderia ajudar a forjar um capitalismo alternativo, mais “comunitário”, em oposição à racionalidade individualista atribuída ao *ethos* protestante.

Tais inflexões reformistas não passaram despercebidas pelas bases católicas, sobretudo entre setores mais explicitamente anticapitalistas do movimento. Não à toa, a Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara (ABEFC) publicou uma [nota crítica](#) por ocasião da criação do Conselho, com uma epígrafe que ironizava o projeto: “Água seca, carvão limpo, gelo quente, nazismo fraterno, capitalismo inclusivo”. O episódio ilustra, por um lado, a capacidade das ramificações locais de iniciativas vaticanas assumirem contornos próprios, mais críticos e radicalmente comprometidos. Por outro, revela os [limites recorrentes da práxis ecorreligiosa](#). Isso porque, apesar de seu vocabulário mais incisivo, a atuação concreta da ABEFC permanece concentrada em iniciativas hiperlocalizadas: hortas comunitárias, cozinhas solidárias, círculos formativos, eventos de economia popular etc. Ou seja, projetos pequenos e esparsos que, na maioria das vezes, apoiam-se mais na desgastada memória das comunidades eclesiais de base do que em qualquer engrenagem institucional que possibilite maiores esforços de coordenação.

Em suma, à medida que o vocabulário da crítica se intensifica, o vetor organizacional rarefaz. Faltam braços técnicos, logísticos e financeiros para a construção de iniciativas em escala socialmente relevante — e para fazer frente às [articulações transnacionais que obstruem o avanço da temática no campo religioso](#). Trata-se, enfim, de um gargalo estrutural que atravessa todas as formas contemporâneas de engajamento religioso na pauta ecológica ([não apenas no catolicismo](#)) e que, apesar da crescente proeminência simbólica do tema, ainda carece de uma resposta concreta à altura de sua promessa política.

## Leão XIV e a arte de governar contradições

A eleição de Robert Prevost, agora Leão XIV, ocorre em um momento marcado por expectativas complexas e, frequentemente, contraditórias. Espera-se dele que preserve a tradição, mas também promova reformas; que apazigue divisões internas, mas assuma posições firmes diante dos impasses do presente; que represente um rosto confiável para o *status quo* do Norte global e, ao mesmo tempo, encarne a sensibilidade social e a ânsia por transformação do Sul. Fazer tudo isso enquanto mantém a unidade institucional da Igreja será um enorme desafio.

Em diversas partes do mundo, sacerdotes se dividem de forma cada vez mais vocal sobre temas que vão da gravidade da crise climática às políticas de saúde pública, imigração, economia e, em certos casos, à própria autoridade da Sé Apostólica em matérias extrarreligiosas. Um dos focos mais visíveis dessas tensões, nos últimos anos, tem sido a [relação do Vaticano com os setores conservadores do influente e bilionário catolicismo norte-americano](#). Durante o pontificado de Francisco, essas frentes chegaram a ensaiar uma espécie de cisma silencioso: recusas sistemáticas em aplicar diretrizes romanas, campanhas de deslegitimação doutrinária, nacionalismos episcopais e assim em diante. Em determinados círculos, o papa era visto mais como um empecilho a agendas locais e transnacionais do que como guia da unidade espiritual.

Nesse contexto, a escolha de um norte-americano para o trono de Pedro pode ser lida, entre outras coisas, como uma aposta estratégica da Cúria para neutralizar parte dessas resistências. Em termos simbólicos, será mais difícil sustentar publicamente o antagonismo a Roma quando o bispo de Roma compartilha idioma, cultura e passaporte com seus críticos mais estridentes. Isso obviamente não dissolve as divergências, nem desmonta automaticamente as agendas locais, mas enfraquece a coesão das frentes oposicionistas, desarticula resistências e transforma um antigo ponto de atrito em ativo diplomático.

Para tornar o equilíbrio ainda mais refinado, Leão XIV traz também um pé firmemente fincado no Sul global. Sua trajetória como missionário e, mais tarde, como arcebispo na Amazônia peruana lhe confere uma experiência concreta da precarização das condições de vida provocada pela devastação ambiental. É uma vivência que lhe concede [um raro capital de legitimidade](#), passível de ser mobilizado para articular, simbólica e institucionalmente, demandas que vão desde as comunidades ribeirinhas, indígenas e periferias urbanas do Sul, até os interesses das elites católicas norte-americanas e ao centro decisório do catolicismo europeu.

Sua escolha representa, assim, uma continuidade cuidadosamente calibrada em relação ao legado de Francisco e ao esforço recente de reforçar o capital “humanitário” da Igreja. O seu

nome remete diretamente à *Rerum Novarum*, de Leão XIII, marco inaugural da Doutrina Social da Igreja. Sua formação agostiniana reforça a estética da humildade e da simplicidade cotidiana — uma performance que [o jesuíta Bergoglio](#) encenava, mas que, no caso dos agostinianos, está inscrita na própria regra da [ordem mendicante](#). Já sua experiência amazônica o inscreve, de forma ainda mais orgânica, como figura capaz de sustentar o projeto de uma ecologia integral que congrega evangelização, proteção ambiental e ação social. Trata-se, em suma, de uma síntese eloquente das tensões contemporâneas que atravessam a instituição católica: centro e periferia, tradição e *aggiornamento*, autoridade e contestação, crise e oportunidade.

Ainda assim, convém temperar as expectativas com o senso dos limites impostos pela inércia institucional, especialmente no que diz respeito à agenda climática. Afinal, mesmo atualizado em sua linguagem, e mesmo diante da expectativa de que a dimensão social ganhe ainda mais proeminência com um novo Leão no papado, [o ambientalismo católico permanece ancorado em uma cosmologia hierárquica da criação](#) que postula o “homem” (no masculino mesmo, neste caso) como [“ponto culminante” da obra divina](#). Nesse contexto, causa estranheza a celebração de uma das poucas falas públicas de Prevost sobre a temática ambiental, na qual afirma que o domínio humano sobre a criação [“não deve se converter em tirania”](#). A frase, apresentada por alguns como um encorajador sinal de sensibilidade ecológica, pouco acrescenta ao já conhecido malufismo ecorreligioso do “domina, mas não devasta” — fórmula que, como bem sabem os estudiosos da obstrução climática, opera não como crítica, mas como “lubrificante moral” de um modelo que posterga mudanças estruturais, promovendo em seu lugar a ideia de uma gestão mais branda, mais “responsável”, do mesmo sistema que nos trouxe até aqui.

Resta, então, uma interrogação incômoda: será o ideal de um “domínio benevolente” o horizonte máximo da contribuição que a Igreja está disposta a oferecer na seara ecológica, ou Leão XIV será capaz de ir além da mera atualização das pautas por justiça social, encampando — com uma ousadia institucional que transcenda a performance midiática — uma transformação ética capaz de ultrapassar, enfim, as tradicionais barreiras do antropocentrismo reformista?

Rio de Janeiro, 20 de maio de 2025.